

PEDAGOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: ATUAÇÃO DO PEDAGOGO COMO EDUCADOR/ORIENTADOR SOCIAL NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

PEDAGOGY AND SOCIAL ASSISTANCE: THE PEDAGOGUE'S PERFORMANCE AS A SOCIAL EDUCATOR / GUIDELINER IN THE SERVICE OF LIVING AND STRENGTHENING BONDS

Erimar Rocha

Centro Universitário de Maringá, José de Freitas, PI, Brasil. E-mail: erimardarocha@gmail.com

Luciano Ribeiro

Centro Universitário Uninovafap, Teresina, PI, Brasil. E-mail: lucianoluzenfermeiro@hotmail.com

Ana Márcia Batista

Faculdade Ademar Rosado, Teresina, PI, Brasil. E-mail: anamarcia23@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v2i2.62>

Recebido em: 26.01.2021

Aceito em: 23.02.2021

Resumo: Este trabalho se justificou pela necessidade de se compreender como o problema da vulnerabilidade social, pobreza e violação de direitos contribui para um déficit socioeducacional das crianças e adolescentes tidos muitas vezes como crianças ou adolescentes problemas pela sociedade. Tendo como problema de pesquisa: Que práticas pedagógicas são desenvolvidas pelo pedagogo com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos? Como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo pedagogo com crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do município de José de Freitas – PI e como objetivos específicos: identificar as propostas filosóficas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; verificar os tipos de atividades desenvolvidas pelos pedagogos com crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e identificar as dificuldades dos pedagogos no trabalho pedagógico e social. Como metodologia, analisamos alguns documentos produzidos internamente pelo programa social relacionados às atividades realizadas, bem como, a aplicação de questionário semiestruturado. Dessa forma, o trabalho traz uma discussão sobre a área de atuação do pedagogo, identificando as expectativas de atuação enquanto profissional formado que atuará na docência na educação formal e na função de educador social que atua em programas sociais e organizações governamentais.

Palavras-chave: Pedagogia. SCFV. Educação. Sociedade. Crianças. Adolescentes.

Abstract: *This work was justified by the need to understand how the problem of social vulnerability, poverty and violation of rights contributes to a socio-educational deficit of children and adolescents who are often seen as children or adolescents with problems in society. Having as a research problem: What pedagogical practices are developed by the pedagogue with children and adolescents in situations of social vulnerability and violation of rights? As a general objective to analyze the pedagogical practices developed by the pedagogue with children and adolescents of the Service of Coexistence and Strengthening of Links in the municipality of José de*



Freitas - PI and as specific objectives: to identify the philosophical proposals of the Service of Coexistence and Strengthening of Links; to verify the types of activities carried out by educators with children and adolescents at risk and socially vulnerable and to identify the difficulties of pedagogues in pedagogical and social work. As a methodology, we analyzed some documents produced internally by the social program related to the activities carried out, as well as the application of a semi-structured questionnaire. In this way, the work brings a discussion on the area of activity of the pedagogue, identifying the expectations of acting as a trained professional who will work in teaching in formal education and in the role of social educator who works in social programs and governmental organizations.

Keywords: Pedagogy. SCFV. Education. Society. Kids. Teens.

1 Introdução

A Pedagogia não se refere só à Educação, em suas formas tradicionais, e à educação individual, mas também a educação do homem que vive em constantes relações sociais e em comunidade. A comunidade deve ser o referente de toda ação educativa. Portanto, entendendo essa importante relação entre educação, sujeitos e sociedade, no presente artigo propõe-se compreender como se dá esse processo educação/sociedade atualmente. Então, através dessas relações, busca-se entender como a educação no espaço não escolar pode auxiliar os sujeitos a se desenvolverem e se relacionarem com a sociedade e com o mundo.

Observando a escassez de trabalhos no campo da Educação Social, especificamente com adolescentes em situação de vulnerabilidade social e em situação de risco, dentro do espaço acadêmico, sendo que tais trabalhos são em sua maioria da área de Serviço Social, percebemos a necessidade e a importância de tal pesquisa para maiores conhecimentos dos processos educativos desenvolvidos pelos programas sociais para aumento da visão do trabalho do pedagogo enquanto educador.

Esta pesquisa se justificou pela necessidade de se compreender como o problema da vulnerabilidade social, pobreza e violação de direitos contribui para um déficit socioeducacional das crianças e adolescentes tidos muitas vezes como crianças ou adolescentes problemas pela sociedade.

Nesta perspectiva o trabalho pedagógico presente nos espaços não escolares, especificamente aqueles desenvolvidos nas áreas da assistência social, vem sendo estudado por muitos pesquisadores e apresenta algumas definições bem distintas, o que lhe dá uma característica peculiar. Podemos defini-lo inicialmente como sendo uma ação da teoria com a prática das ações socioeducativas realizadas por educadores ou agentes sociais.

Partindo de nossas vivências, observamos a importância da Pedagogia a serviço do desenvolvimento pessoal e social do ser humano, tendo em vista que o pedagogo é um profissional capacitado para desenvolver atividades condizentes a cada faixa etária. O presente trabalho surgiu a partir do seguinte objetivo geral: analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo pedagogo que atua como educador/orientador social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Especificamente objetivamos no trabalho: identificar as propostas pedagógicas existentes do Programa; verificar os tipos de atividades desenvolvidas pelos pedagogos com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, além de identificar as dificuldades dos

educadores no trabalho pedagógico com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos.

Como metodologia, por se tratar de um estudo que envolve o trabalho realizado pelas instituições de atendimento socioassistencial desenvolvido pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social do Governo Federal em parceria com as secretarias de Assistência Social e Cidadania dos municípios, as análises de alguns documentos produzidos internamente pelos programas sociais se fizeram necessárias, observando os aspectos relacionados ao trabalho dos educadores sociais/pedagogos no que diz respeito às atividades desenvolvidas pelos mesmos.

Destacamos que, identificar as dificuldades dos pedagogos no trabalho pedagógico é resultado da observação das atividades desenvolvidas pelos chamados orientadores sociais nos programas de intervenção social do Governo Federal que atendem crianças e adolescentes em situação de risco ou acompanhadas sob medidas de proteção especial, trabalho este que nos encantou enquanto servidor temporário destes programas.

2 A pedagogia no contexto das práticas sociais

O trabalho do pedagogo voltado para o ambiente não escolar tem sido um campo de novas expectativas e de grande importância para a formação de um novo perfil do profissional da educação. Para tanto, é preciso que nós entendamos essa importante relação entre a educação, indivíduo e sociedade, daí então, estará a nossa frente à proposta de uma melhor compreensão de como se dá esse processo de educação e sociedade atualmente.

Nosso desafio enquanto pedagogo nesse século é entender o papel de educador nos mais diversos campos de atuação. Por tanto,

Verificamos, assim, uma ação pedagógica múltipla na sociedade, em que o pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não-formal, criando formas de educação paralela, desfazendo praticamente todos os nós que separavam escola e sociedade (LIBÂNIO, 2001, p. 5).

Entendemos a partir desse princípio de que através das relações sociais, busca-se entender como a Educação no espaço não escolar pode auxiliar os sujeitos a se desenvolverem e se relacionarem com a sociedade e com o mundo.

Segundo Libânio (2010 p.30) “Nesse entendimento, o fenômeno educativo apresenta-se como expressão de interesses sociais em conflito na sociedade. É por isso que a pedagogia expressa finalidades sociopolíticas, ou seja, uma direção explícita da ação educativa”.

A educação em está situada num conceito muito amplo de construção do ser humano. Os processos educativos estão presentes ao longo de toda sua vida, para que sejamos capazes de saber identificar nossa capacidade de distinção dos outros seres.

Educar, hoje, é tão difícil quanto necessário. Educar, mais do que nunca, é acumular saber para humanizá-lo, distribuí-lo e dar-lhe sentido ético, isto é, solidário, cuidadoso com a dignidade do ser humano e do mundo. [...] Educar é ensinar a olhar fora e para dentro, superando o divórcio típico da nossa sociedade, entre objetividade e subjetividade (ALENCAR, 2001, p. 100).

Ao falar sobre Educação, Aranha (2006) afirma que não é a simples transmissão de herança dos antepassados para as novas gerações, mas o processo pelo qual também se tornam

possíveis a gestação do novo e a ruptura com o velho. Espaço para que seja possível a reflexão crítica da cultura, podendo realizar-se em espaços formais (oficiais, organizados para esse fim) e não formais (em que a aprendizagem se dá por meio da prática social: o aprendizado ocorre por meio da vivência, não necessariamente por conteúdos previamente sistematizados).

De certa forma, a Educação, compreendida como escolarização ou não, nos permite observar que, ao aprendermos alguma coisa na escola, quando crianças e adolescentes, ou, na fase adulta, com amigos e em situações gerais da vida, estamos constantemente sofrendo influências de outras pessoas e as expomos com nossas ideias e pensamentos. Assim, estamos cada vez mais certos de que o processo educativo traz resignificação para nós enquanto indivíduos.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação! Educações (BRANDÃO, 1993, p. 7 – 9).

Nesse contexto, o que evidenciamos é que fora do ambiente escolar estão presentes necessidades socioeducativas que atingem a todas as faixas etárias e que estão relacionadas à cultura, ao lazer, ao suprimento de necessidades básicas, ao atendimento a populações de risco, ao trabalho, à formação continuada, à sustentabilidade, aos direitos humanos, dentre tantas outras áreas. Em outras palavras,

A finalidade da educação, para ser adequada à natureza humana, deve buscar a verdade em suas dimensões, ética, estética, gnosiológica, lógica e ôntica. O belo, o bom, o verdadeiro são objetos da busca humana de perfeição e condensam-se no Supremo Bem que orienta a conduta de cada um. Se esse Supremo Bem é adequado à natureza humana pode contribuir para que o pleno desenvolvimento dela aconteça. [...] Portanto, ao educador compete ajudar o educando a perceber em que deposita suas energias, que objetivos elege para buscar a vida. São dignos de sua pessoa? Ajudam a conseguir a felicidade autêntica? (SILVA, 2009, p. 30).

Dessa forma, podemos observar, portanto que no Brasil, sob um olhar voltado para a educação, às políticas públicas, por serem fragmentadas, têm sido insuficientes para atender as demandas da sociedade.

Os projetos são elaborados sobre bases aleatórias em relação ao diagnóstico de necessidades, às possibilidades de implementação, aos fundamentos teórico-práticos, à qualificação de seus quadros de profissionais, aos recursos necessários para sua manutenção e aos próprios objetivos e finalidades das propostas e das práticas.

Constatamos, que na maioria dos projetos na fase de implementação não há exigência da participação de educadores com habilitação específica. Com isso, atuam no campo socioeducativo profissionais voluntários, de diferentes áreas e com diferentes níveis de formação, sem exigências de qualificação específica, o que resulta numa falta de compromisso com os resultados que se obtêm.

A caracterização de pedagogo *scripto sensu* é necessária para distingui-lo do profissional docente, já que todos os professores poderiam considerar-se, como já mencionado, pedagogos *lato sensu*. Por isso mesmo, importa formalizar uma distinção entre trabalho pedagógico (atuação profissional em amplo leque de práticas educativas) e o trabalho docente (forma peculiar que o trabalho pedagógico assume na sala de aula), separando portanto, curso de pedagogia (de

estudos pedagógicos) e cursos de licenciatura (para formar professores do ensino fundamental e médio. Caberia, também, entender que todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente (LIBÂNIO, 2010, p. 39).

Por conseguinte, na área da educação não formal, por falta de parâmetros, apresenta um quadro contraditório: existem projetos e experiências socioeducativos que servem de referência na área e, ao mesmo tempo, projetos precários desde a concepção e formas de implementação, até os resultados alcançados. Sendo assim, não existem políticas adequadas para contratação desses profissionais para a educação não formal tanto pública, quando nas sociedades civis organizadas. Discutiremos mais a fundo essas questões nos tópicos seguintes.

3 Formação profissional e trabalho do pedagogo

Para atender, com qualidade, as questões apresentadas na pesquisa, se pressupõem a formação de educadores com domínios até então não incluídos nos cursos de formação, há necessidade de se ofertar novos conteúdos para os profissionais em serviço e de se incluir na formação inicial dos profissionais educadores, domínios sócios pedagógicos que abranjam a diversidade de solicitações.

No curso de Pedagogia, a formação do profissional para atender a tais necessidades deve estar pautada nas políticas educacionais. Estas devem atribuir ao pedagogo o trabalho pedagógico escolar e não escolar, resgatando a Educação em sua totalidade e superando a distinção que muitas vezes limita o trabalho do pedagogo ao ambiente escolar. Entretanto, esta inclusão da educação não escolar na formação passa a exigir novas disciplinas teóricas e novas práticas e estágios.

[...] A educação não-formal seria realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação. A educação formal compreenderia instancias de formação escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada e sistemática. [...] Se há muitas praticas educativas, em muitos lugares e sob variadas modalidades, há, por consequência, várias pedagogias: a pedagogia familiar, a pedagogia dos meios de comunicação etc., e também a pedagogia escolar (LIBÂNIO, 2010 p.31).

Assim, crescem as discussões sobre a ação do Pedagogo fora do espaço escolar, inclusive pelo fato das demandas socioeducativas estarem fortalecendo a educação em diferentes espaços para além da escola como único lugar de construção de saberes.

Destacamos aqui que a atuação do profissional pedagogo como educador, está além do conceito escolar, haja vista, atualmente situado num sentido mais amplo reconhecendo a necessidade desse profissional e de uma qualificação mais holística, voltada para as questões sociais como fatores determinantes para uma construção socioeducacional mais definida.

Sendo assim, ao falarmos do pedagogo como profissional da educação, devemos estar atentos as constantes transformações e que esse profissional deve buscar cada vez mais qualificação no sentido de atender as necessidades profissionais exigidas nos mais diferentes setores.

Na esfera dos serviços públicos estatais, são disseminadas várias práticas pedagógicas de assistentes sociais, agentes de saúde, agentes de promoção social nas comunidades etc. São práticas tipicamente pedagógicas. Os programas sociais de medicina preventiva, informação sanitária, orientação sexual, recreação, cultivo

do corpo, assim como práticas pedagógicas em presídios, hospitais, projetos culturais são ampliados (LIBÂNIO, 2001, p. 4).

Parti daí os questionamentos de que muitas vezes o currículo oferecido aos universitários pelas instituições de ensino superior, não contempla temas que estão voltados à construção de valores e atitudes que auxiliem na formação integral da criança e do adolescente, de maneira a contribuir para a sua ressocialização e construção de um caráter crítico e participativo perante a sociedade.

Para tanto, o profissional que atua junto às esferas sociais deve ter em mente que o adolescente e a criança que estão sob medida de proteção social devem ser preparados para a inserção social e paralelamente dar continuidade a sua vida escolar. Nesse sentido o pedagogo que trabalha em instituições de intervenção social, passa a exercer a pedagogia social, uma nova forma de pedagogia antes não muito trabalhada no currículo formal.

Não seria fácil tentar definir a pedagogia social em uma única frase; no entanto podemos fazer uma tentativa: a pedagogia social é uma ciência, normativa, descritiva, que orienta a prática sociopedagógica voltada para indivíduos ou grupos, que precisam de apoio e ajuda em suas necessidades, ajudando-os a administrarem seus riscos através da produção de tecnologias e metodologias socioeducativas e do suporte de estruturas institucionais (CALIMAN, 2009, p. 889).

É esse profissional que elabora e executa atividades de cunho socioeducativas que ultrapassam a ideia de apoio pedagógico e abre um leque para questões significativas de construção do indivíduo, tanto nas esferas educacionais, quanto nas sociais.

Ressaltando até aqui que o Pedagogo como Educador Social tem a Pedagogia Social como referência. Ele difere do Assistente Social pelo caráter de sua intervenção: o Educador Social atua no campo de intervenção socioeducativa, enquanto ao Assistente Social compete à assistência, a análise sistemática da realidade, a coleta de dados e de informações que subsidiam a própria intervenção do Educador Social.

No momento em que um pedagogo (educador, especialista da educação ou cientista social) se debruça sobre uma determinada realidade e articula projetos ou programas para o desenvolvimento socioeducativo de indivíduos e grupos em situação de risco, ele está exercendo uma função específica de articulação de soluções voltadas ao bem-estar social e educativo desses destinatários (CALIMAN, 2010, p 356).

Sobre esse aspecto, destacamos que o papel do profissional da educação seja ele pedagogo ou profissional de área, é de extrema importância na construção e criação de meios onde a criança ou o adolescente enquanto indivíduo ou grupo social, estabelece significados sobre aquilo que está sendo ensinado com a sua realidade social. Dessa forma, nossas ações devem ser pensadas e repensadas de forma a levar o público ao qual estamos atendendo, uma reflexão do seu papel enquanto agente de mudança que participa direta e indiretamente no desenvolvimento da sociedade.

4 Pedagogia nos serviços de Assistência Social

Atualmente, a sociedade ampliou o campo de atuação do pedagogo para outros ambientes, como instituições não escolares, onde se constata a sua importância em todos os segmentos

organizados da sociedade. Parte-se da inserção do Pedagogo como profissional habilitado para desempenhar funções de orientação educacional nas organizações, atuando junto às equipes de trabalho, realizando um trabalho vinculado à família, à comunidade, à cultura e à sociedade.

Observamos uma movimentação na sociedade mostrando uma ampliação do campo do educativo com a conseqüente repercussão no campo do pedagógico. Enquanto isso, essa mesma Pedagogia está em baixa entre intelectuais e profissionais do meio educacional, com uma forte tendência em identificá-la apenas com a docência, quando não para desqualificá-la como campo de saberes específicos. Os próprios pedagogos – falo especificamente dos que lidam com a educação escolar – parecem estar se escondendo de sua profissão ao não fazerem frente às investidas contra a Pedagogia e ao exercício profissional dos pedagogos especialistas (LIBÂNIO, 2001, p.4).

O que se constata é que as oportunidades de Educação não formal voltadas para as atividades socioeducativas que têm predominado nas práticas vinculadas as políticas públicas sociais é a do modelo assistencialista, que se ancora muitas vezes na alienação. Discutimos aqui o debate de que essa nova pedagogia deve voltar-se para apresentar novos fundamentos no sentido de combater os efeitos do sistema educacional alienante.

A Educação Social transformadora baseia-se na formação para a análise da ideologia como o pilar maior da conscientização (FREIRE, 2003). Diante desse contexto político e socioeducacional, busca-se demarcar as funções dos educadores sociais no intuito de fundamentá-los em sua práxis pedagógica, e assim, oferecer aos mesmos, reflexões sobre possibilidades de atuação e formação que otimizem a sua prática educativa social em espaços não-escolares.

O curso de Pedagogia se destina a formar o pedagogo-especialista, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos, para atender demandas socioeducativas (de tipo formal, não-formal e informal) decorrentes de novas realidades, tais como novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação do lazer, mudanças nos ritmos de vida [...] Além disso, informar as mudanças profissionais, desenvolvimento sustentado, preservação ambiental, nos serviços de lazer e animação cultural, nos movimentos sociais, nos serviços para a terceira idade, nas empresas, nas várias instâncias de educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia, nos programas sociais [...] (LIBÂNIO, 2001, p. 12).

Aqui podemos destacar que o pedagogo que trabalha nos serviços de assistência social atua juntamente com o assistente social, desenvolve e participa ativamente, atuando em projetos de orientação na educação de jovens para a inclusão social, a orientação socioeducacional das crianças e adolescentes atingidos por condicionamentos sociais (pobreza, exclusão social, desagregação e trabalho familiar).

Dessa forma, todas estas esferas da Pedagogia têm o propósito de desenvolver o bem-estar social e a superação de condições de sofrimento e exclusão, visando o exercício da cidadania e da promoção social. É o que destacamos,

A educação está ligada a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores etc (LIBÂNIO, 2001, p.7).

Partindo dessa reflexão, observamos que numa sociedade em que essas relações se dão entre diferentes grupos sociais, com diferentes interesses, em relações de exploração de uns sobre

outros, a educação só pode ser crítica, levando sempre as pessoas a uma reflexão, implicando assim a transformação dessas relações.

Assim, considerando a diversidade de práticas pertencentes à Pedagogia Social, Soares aponta que:

O âmbito referencial da Pedagogia Social está formado por todos os processos educativos que compartilham no mínimo, dois ou três dos seguintes atributos: dirigem-se prioritariamente ao desenvolvimento da sociabilidade dos sujeitos; têm como destinatários privilegiados indivíduos ou grupos em situações de conflito social; têm lugar em contextos ou por meios educativos não formais (SOARES, 2003, p. 23).

Dessa forma, educar na perspectiva de transformação social não é uma tarefa fácil, pois o educador deve elaborar ações pedagógicas visando criar no público a ser trabalhado, meios que possam desenvolver a integração da pessoa com a sociedade, tornando-o um cidadão crítico participativo dentro do ambiente em que está inserido.

Portanto, a pedagogia presente nas esferas sociais provoca o autoconhecimento na relação com o outro, reconhecendo principalmente que a educação se dá pela participação social, e pode ser alcançada nas práticas coletivas de organização da comunidade. É nessa perspectiva que os chamados educadores/orientadores sociais desenvolvem estratégias de orientações socioeducacionais para criar nos adolescentes encaminhados para os programas sociais ideais de participação ativa na sociedade.

5 O trabalho do educador/orientador social no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos

Nossa pesquisa foi desenvolvida baseada nas dificuldades encontradas no trabalho do educador/orientador social que atua no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em um município do estado do Piauí.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

No município o SCFV realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários.

É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares. O serviço pode ser ofertado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) ou nos Centros de Convivência.

Podem participar crianças, jovens e adultos; pessoas com deficiência; pessoas que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil, jovens e crianças fora da escola, jovens que cumprem medidas socioeducativas, idosos sem amparo da família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais, além de outras pessoas inseridas no Cadastro Único.

O serviço tem como objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de

vida coletiva. O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários.

Os usuários do SCFV são organizados em grupos, a partir de faixas etárias ou intergeracionais: Crianças até 6 anos; Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; Adolescentes de 15 a 17 anos; Jovens de 18 a 29 anos; Adultos de 30 a 59 anos; Pessoas Idosas que para participar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, devem procurar o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município.

Segundo o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS),

A proteção social especial é modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras (BRASIL, 2004, p. 22).

Parte daí os questionamentos de que muitas vezes há um despreparo e uma falta de sensibilidade por falta de políticas públicas voltas para essa área e porque não dizer na formação desses profissionais que irão desempenhar atividades socioeducativas com essa parte da sociedade.

Para tanto, os programas e ou projetos de atuação dos profissionais habilitados e que desempenham funções socioassistenciais e educativas, realizam suas atividades conforme aponta Plano Nacional de Assistência Social (PNAS):

através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, [...] mediante a oferta de experiências socioeducativas, lúdicas, socioculturais, desenvolvidas em rede de núcleos socioeducativos e de convivência para os diversos ciclos de vida, suas características e necessidades [...] cuidados, serviços e projetos operados em rede com unidade de porta de entrada destinada à proteger e recuperar às situações de abandono e isolamento de crianças, adolescentes, jovens, [...] restaurando sua autonomia, capacidade de convívio e protagonismo mediante a oferta de condições materiais de abrigo, repouso, alimentação, higienização, vestuário e aquisições pessoais desenvolvidas através de acesso a trabalho socioeducativo (BRASIL, 2004, p. 24).

Nesse sentido, educador social ou o profissional qualificado para trabalhar com essa gama da sociedade, pressupõe ser um profissional atuante e com capacidade de estabelecer vínculos com o seu público de forma a ser um elo de ligação, entre o conhecimento e de experiências que tragam significados para o público trabalhado, de forma singular o estabelecimento de novos meios de construção de saber que liguem as ações desenvolvidas nos ambientes trabalhados com a demais partes da sociedade ao qual estão inseridos.

6 Considerações finais

Nos estudos teóricos e na pesquisa para constituição dessa problemática verificamos que experiências de educação não escolar têm sido definidas, pesquisadas, estudadas e sistematizadas por meio da compreensão de educação não formal. Investigar a existência ou não de metodologias específicas adotadas pelo pedagogo no âmbito socioeducacional como ponto de partida foi um grande desafio, visto que poucos são os relatos existentes no âmbito de educadores ligados a assistência social.

Os espaços de educação não escolares tratam de resgatar dimensões do conhecimento

voltada para o ser humano que se perderam na trajetória do desenvolvimento escolar e social. Sabemos que, no âmbito das práticas de educação em geral, a expressão “não formal” semanticamente opõe-se à formalização da escola e as suas legislações.

Conhecer os tipos de atividades desenvolvidas pelos pedagogos com crianças e adolescentes em situação de risco e violação de direitos é e tem sido um grande desafio para nós enquanto profissionais ligados intimamente à educação, uma vez que o profissional da educação deve atentar-se para seu papel enquanto educador a realizar ações tanto educacionais quanto sociais.

Refletir sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo pedagogo com crianças e adolescentes em situação de risco foi um dos principais objetivos da nossa pesquisa levando em consideração os fatores sociais que influenciam intimamente a realização das mesmas. No estudo pudemos identificar alguns fatores que influenciam nas devidas tarefas bem como a falta de qualificação dos profissionais que irão atuar junto a equipes multiprofissionais na área da assistência social, como por exemplo, a falta de disciplinas norteadoras no currículo acadêmico do pedagogo.

Tendo como objetivo geral do trabalho a análise das práticas pedagógicas desenvolvidas pelo pedagogo com crianças e adolescentes em situação de risco e violação de direitos, vem de encontro a questões levantados a cerca de uma melhor compreensão atual do pedagogo no ambiente não escolar. Assim, a análise das fronteiras que demarcam a educação no espaço não escolar são de compreendê-la enquanto fenômeno social demarcado no/pelo tempo presente.

O desafio que colocamos aqui, é que entendamos o papel do educador enquanto agente de mudança e que cada vez mais possamos perceber que, as nossas práticas não parecem tratar de uma educação com o povo e sim para o povo, na qual os sujeitos sejam eles jovens, crianças, homens e mulheres desempregados ou não, se constituem em autores do processo e cabe a nós um papel fundamental de emancipação desses enquanto agentes ativos do processo de transformação social.

Nesse sentido, concluímos destacando que os estudos feitos e pesquisa contribuiu tanto para o crescimento acadêmico quanto, as expectativas de atuação enquanto profissional formado que atuará na docência na educação formal e na função de educador social que atua em programas sociais e organizações governamentais.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988.** Atualizada até a Emenda Constitucional n.17, de 22/11/1997. São Paulo, Saraiva.
- BRASIL, **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1** de 15 de maio de 2006, Delibera sobre as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. *Diário Oficial da União*. 16 de maio de 2006. Seção 1, p. 11.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** 5ª edição. São Paulo. Editora: Saraiva, 1995. 210p.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **Caderno do Orientador Social - Ciclo II Percursos Sócio educativo V: “Coletivo Articulador-Realizador”:** Participação cidadã. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 280 p.

(Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo)

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **Traçado metodológico**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 104 p. (Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo)

BRASIL. Ministério da Saúde. Cláudia Araújo de Lima (Coord.) et al. **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, 2004.

CALIMAN, G. **Pedagogia Social**: seu potencial crítico e transformador. Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano XII - Nº 23 - 2º Semestre/2010, p. 341-368.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 28º edição, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GRACIANI, Maria Stela Santos, **Pedagogia Social**: impasses, desafios e perspectivas em construção. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Pesquisa. In: LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnica de pesquisa**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1996.

LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e pedagogos**: inquietações e buscas. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR

LOPES, Andreza Garcia. **A educação escolar do adolescente em conflito com a lei: as medidas sócio-educativas em estudo**. Acesso em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100006&script=sci_arttext>.

MACHADO, E. M. A **Pedagogia Social**: Reflexões e diálogos necessários. In: SILVA, R.; SOUZA NETO, J. C. de; MOURA, R. A. (Orgs.) *Pedagogia Social*. São Paulo: Expressão e Arte Editora/FAPESP/UNESCO. 2009.

SILVA, J. M. da. **Autonomia da escola pública**. São Paulo: Papyrus, 2006.

SILVA, Josiane da; RODRIGUES, Natália da Costa. **Trabalho Infantil**: Implantação do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) no Município de Rio Claro. Acesso em: http://www.unifoa.edu.br/cadernos/especiais/jornada_ss/VI_seminario_trabalho_profissional_2008_servi%C3%A7o_social.pdf.

SOARES, Sandra Regina et al. **A docência na representação de estudantes de Pedagogia de uma universidade pública da Bahia**. Revista da FAEEBA. Salvador, v. 17, n. 30, p.153-162,

jul./dez. 2008.

TISCOSKI, Maria Sônia Pacheco. PANCERI, Regina. **Atuação educacional na área política da assistência social**. Acesso em: <http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.572523001296753502_a_atuacao_educacional_na_assistencia_social.pdf> .